

Gazeta Parlamentar

Exhaustos pela revisão constitucional que não houve, pelas extenuantes CPIs que investigaram suas mazelas e pelo Orçamento que não foi votado, os congressistas decidiram oficializar o recesso branco. Debate-se em Brasília apenas a melhor maneira de formalizar a desativação do Congresso, para que os políticos possam se dedicar em tempo integral às campanhas eleitorais recebendo por inteiro os salários pagos pelo contribuinte.

Nesse particular, a imaginação dos parlamentares é fértil. Pretextos para a paralisia não faltam, sempre fundamentados por uma lógica que combina a tradição brasileira do absenteísmo em período eleitoral com o costume não menos brasileiro de financiar interesses privados com dinheiro público.

A diferença este ano é que, ao contrário dos precedentes, a gazeta deixaria de ser oficiosa passando a oficial. Ou seja, os representantes do povo deixariam de correr o risco mínimo e eventual de não terem suas faltas abonadas. O absenteísmo seria beatificado por antecipação. É o que o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, chama de transparência. É o que o público em geral chama de desfaçatez.

Licenças e desincompatibilizações ficam restritas a ocupantes de cargos do Executivo. Parlamentares podem se afastar à vontade, continuam a receber e — no caso dos que ainda têm mandato a

cumprir além das eleições de outubro — voltar a suas cadeiras caso não se elejam.

Foram feitas em tom sério propostas dignas de figurar no *Planeta Diário*. Uma delas elimina de vez as sessões de segunda e sexta-feira, reduzindo a semana parlamentar a três dias: a véspera da votação (terça), o dia da votação (quarta) e o dia da partida (quinta). Outra restringe a obrigação de votar a apenas duas semanas, uma em agosto, outra em setembro. Difícil eleger a mais radical.

No momento em que a pátria se prepara para calçar chuteiras, às vésperas do período oficial de ausência de 30 dias em julho, os defensores da redução da semana parlamentar e do “recesso branco” dizem que o mais importante é acabar com a hipocrisia. Já que a debandada é inevitável, o jeito é relaxar e desfrutar. O Orçamento e tudo o mais fica para mais tarde, para depois dos gols de Romário e das promessas de palanque.

Esse ócio sem dignidade é um exemplo edificante para todo o funcionalismo público em particular e para os contribuintes de maneira geral. Se bem que para os primeiros é mais fácil reduzir o ritmo de trabalho, do que para os últimos sonegar e convencer a Receita de que ela também deve relaxar e aproveitar a vida.

Falou-se tempos atrás que o Congresso deveria ter um jornal para prestar esclarecimentos de suas estafantes atividades à população. Bem que ele poderia se chamar *Gazeta Parlamentar*.